



## **Inquérito**

### **“Peritos Avaliadores Judiciais - Plano de Formação DGAJ”**

## **Diagnóstico de Formação**

### **Relatório Estatístico**

**Lisboa, 27 de Janeiro de 2015**

## **I – Introdução**

A APAE - Associação Portuguesa dos Peritos Avaliadores de Engenharia, é uma associação profissional sem fins lucrativos que conta com mais de 20 anos de história e cerca de 800 associados repartidos pelas diversas áreas de actuação da Perícia e da Avaliação.

São seus objectivos estatutários:

- 1- A representação e defesa dos seus associados e o estímulo para uma acção deontologicamente dignificante;
- 2- O desenvolvimento em bases técnico-científicas da profissão;
- 3- O apoio, a promoção, a regulamentação e a representação da actividade das avaliações a nível nacional e nas suas relações com o exterior;
- 4- A promoção e a qualificação dos seus membros.

A Direcção Geral da Administração da Justiça solicitou ao Peritos Avaliadores da Lista Oficial contributos para o Plano de Formação trienal destinado a estes profissionais, a que alude o nº 2 do artigo 13º do Decreto-Lei nº 125/2007, de 19 de Janeiro. De acordo com a lei, esta formação será de frequência obrigatória.

A APAE, de acordo com a sua missão estatutária e espírito de colaboração com as entidades públicas que a caracterizam enquanto associação, comprometeu-se a recolher e tratar as opiniões individuais sobre as necessidades de formação com vista ao estabelecimento de um programa adequado à actualização de conhecimentos dos Peritos Avaliadores Judiciais.

## II – Organização do Inquérito

Tendo em conta que as opiniões dos destinatários da formação permanente são relevantes e decisivas para a construção de uma solução formativa adequada e eficaz, foi idealizado e concebido um questionário com cobertura dos temas que compõem o leque de saberes expectáveis da actividade pericial no âmbito do Código das Expropriações.

Para além do conjunto de temas da formação, incluíram-se dois subgrupos de questões relacionadas com o desempenho e exercício da actividade e com própria organização e metodologia da acção de formação.

### Estrutura do Inquérito

O inquérito compôs-se de 10 questões (cf. ANEXO I):

- 1- Distrito Judicial do Inquirido
- 2- Desempenho do Perito Judicial
- 3- Legislação
- 4- Ordenamento do Território
- 5- Métodos de Avaliação
- 6- Estrutura de Custos da Construção
- 7- Cálculo da Indemnização
- 8- Relação com Terceiros
- 9- Questões Processuais
- 10- Opinião sobre organização da formação

Para além das respostas fechadas oferecidas como opção, foi criada em cada um dos grupos uma opção para resposta em texto livre.

### Lançamento

O inquérito estatístico foi lançado no dia 14 de Janeiro de 2015 com recolha até ao dia 20.

A operação estatística foi desenvolvida através da plataforma *online Survey Monkey* e consistiu no envio de aviso/convite a todos os endereços de correio electrónico disponíveis na Lista de Peritos disponibilizada pela DGAJ. O envio foi feito nominalmente para o endereço pessoal e para o endereço oficial recentemente criado “@peritos-avaliadores.mj.pt”. Foi criado um procedimento de validação que aceitou apenas uma resposta por cada perito.

O inquérito foi preparado para um tempo de resposta ideal entre os 3 e os 5 minutos.

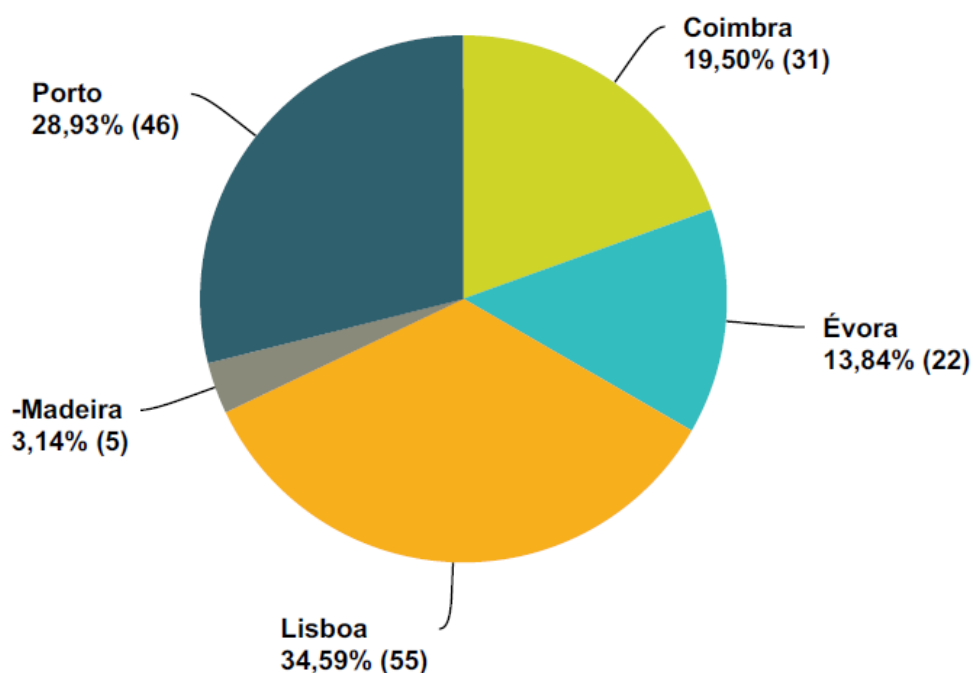
Cada questão oferecia três opções valorativas: “Pouco interesse”, “Interesse” e “Muito interesse” de onde relevava, mais do que a resposta literal, a posição relativa da mesma.

## Resposta

Foram recebidos e validados, dentro do prazo estipulado, 159 inquéritos. Apesar de, no presente relatório se ter dado anonimato às respostas, foi confirmada e ficou em arquivo a origem das mesmas.

Sendo o número de inquiridos de 394 Peritos, a taxa de resposta foi de 40%. Tal amostra pode considerar-se expressiva do universo que se pretende auscultar.

### Distribuição por Lista



**Total de inquiridos:** 394 Peritos

**Total de respostas:** 159 (40%)

Para além das questões colocadas directamente, a recolha de respostas abertas permitiu obter alguns comentários pertinentes. Verifica-se uma preocupação com aspectos relacionados com o desempenho tais como:

Honorários – Regulamento das Custas Processuais

Prazo de pagamentos – Definição e cumprimento

Sistema de nomeações – Algoritmo de rotação

Utilização dos peritos da lista para processos diversos da Expropriação

Emissão de cartão de identificação

Conhecimento posterior das sentenças

### III – Dados recolhidos / Análise

Os quadros contendo todos os dados recolhidos, incluindo a frequência das respostas e as respostas de texto livre, constam do ANEXO II.

Perante os dados brutos, construiu-se um índice de comparação. Tal consistiu na ponderação das respostas da seguinte forma: “Pouco interesse” = 0 (zero); “Interesse” = 50; “Muito interesse” = 100.

Este índice revelou-se necessário para evidenciar e transpor o interesse de cada tema para uma escala comum comparável, de modo que os temas pudessem ser devidamente graduados e priorizados na concepção da solução formativa.

Sem prejuízo de poderem ser feitas outras análises através dos dados constantes deste relatório, colocámos em evidência os resultados principais do inquérito.

#### A) Pertinência da Formação

A formação permanente é necessária? – Sim (93,67%)

A formação pode ter lugar independentemente de um novo CE? - Sim (77,85%)

#### B) Horário das Acções

(detalhe da incidência regional da resposta dominante)

A formação deve ser:	Coimbra	Évora	Lisboa	(Madeira)	Porto
Ao fim de semana?	Sim (73%)	Sim (78%)	Não (51%)	Não (60%)	Sim (72%)
Em horário pós-laboral?	Não (66%)	Não (57%)	Sim (60%)	Não (80%)	Não (56%)

#### C) Meio/local

(detalhe da incidência regional da resposta dominante)

A formação deve ser:	Coimbra	Évora	Lisboa	(Madeira)	Porto
À distância?	Sim (52%)	Não (52%)	Não (67%)	Não (80%)	Sim (55%)

#### D) Prioridade de Grupos Temáticos

Grupo	Índice [0-100]
Cálculo da Indemnização	81
Estrutura dos Custos de Construção	73
Métodos de Avaliação	70
Legislação	70
Ordenamento do Território	68
Questões Processuais	62
Relação com Terceiros (comunicação)	55
Desempenho do Perito Judicial	53

#### E) Prioridade por Tema / Assunto

Tema / Assunto	Índice [0-100]
<b>“Muito interesse”</b>	
Indemnização por constituição de servidões prediais	85
Indemnização do arrendamento	85
Código das Expropriações (reciclagem)	84
Lei dos Solos	83
Direitos reais parciais (usufruto, servidões, d. superfície, etc.)	81
Cálculo do valor do solo	81
Avaliação de propriedades rústicas	81
Cálculo do valor dos logradouros	80
Avaliação de terrenos urbanos	79
Cálculo do valor dos edifícios e construções	79
Indemnização por ocupação de prédios vizinhos	78
Avaliação de espaços verdes urbanos	78
Avaliação de empreendimentos	77
Custos de infraestruturação	76
Regime Jurídico da Edificação e Urbanização	75
Custos de reforço de infraestruturas	75
Análise do risco da actividade construtiva	75

## E) Prioridade por Tema / Assunto (cont.)

<b>Tema / Assunto</b>	<b>Índice [0-100]</b>
<b>“Interesse”</b>	
Rotação das nomeações	74
Instrumentos de Gestão Territorial	73
Honorários e despesas	72
Instrumentos de Gestão Territorial - Reciclagem geral	71
Custos directos de construção	71
Avaliação de recursos hídricos	70
Método do custo	69
Método do rendimento	69
Relatórios e laudos	69
Avaliação de recursos minerais	69
Custos com taxas e licenças	68
Recolha e tratamento de informação	67
Direitos e deveres dos peritos	67
Relação entre os vários IGT	66
Método comparativo	65
Obstáculos ao desempenho de funções periciais	64
Precedência entre IGT	63
Funcionamento da arbitragem	63
Técnicas de arbitragem	62
Reclamações e esclarecimentos	62
Funcionamento da vistoria APRM	62
Arguição de irregularidades	62
Funcionamento do recurso da arbitragem	61
Aplicação do Código do Processo Civil	61
Funcionamento da avaliação inicial	60
Código do Processo Civil	59
Prazos processuais	58
Comunicação com os Tribunais	58
Código do Procedimento Administrativo	58
Avaliação fiscal	58
Código Civil	58
Avaliação de plantas ornamentais	57
Gestão de conflitos	56
Substituição de peritos	52
Comunicação com as entidades expropriantes	50
Deontologia do perito avaliador judicial	50

<b>Tema / Assunto</b>	<b>Índice [0-100]</b>
<b>“Pouco interesse”</b>	
Ética do perito avaliador judicial	49
Exclusão das listas	47
Comunicação com os expropriados	46
Comunicação com mandatários	45
Mobilidade entre listas distritais	43
Obstáculos a funcionários públicos	41
Nomeação de suplentes	40
Obstáculos a reformados	37

## IV – Conclusão

Do processo de auscultação ao universo dos Peritos das Listas e da própria reflexão interna da APAE, resulta o seguinte:

### **Programa**

Através da promoção do inquérito “Peritos Avaliadores Judiciais - Plano de Formação DGAJ” e com a disponibilização dos seus dados e presente análise, a APAE crê que estão criadas as condições para a discussão e concepção de um plano de formação adequado e que responda às necessidades formativas evidenciadas e coloca-se à disposição da DGAJ para acompanhar o processo.

### **Novo CE**

Tendo em consideração a provável aprovação de um novo Código das Expropriações e na falta de informação em contrário, devem ser reforçadas as competências que se prevêm necessárias no novo quadro legislativo, tais como: Competências de Arbitragem Negocial; Indemnização por Ocupação Temporária (prédio vizinhos) e Abordagem de Avaliação pelo Método Comparativo dos Valores de Mercado na especificidade do CE.

### **Abrangência da Formação**

A formação, para além de abranger os Peritos da Lista em efectividade de funções, deve abranger todos os que têm o estatuto de Suplentes na decorrência do concurso público. Tendo em conta que, nos processos de Expropriação, intervêm ainda Peritos indicados pelas partes e que, por imposição legal, este não constam das Listas Oficiais, deve ser considerada a possibilidade de divulgação dos conteúdos programáticos a toda a comunidade profissional.

### **Técnicas Pedagógicas**

Tendo em consideração o carácter técnico das matérias a ministrar entende-se que deve ser dada preferência ao Estudo de Casos Práticos, sendo que as situações a apresentar devem ser transversais, cobrindo os diversos temas evidenciados.

### **Formadores**

Reconhecendo que o objectivo da formação é o de melhorar as competências técnicas dos Peritos, deverá privilegiado um corpo de formadores com capacidade técnico-científica e pedagógica adequada, mas especialmente com experiência prática nas matérias a ministrar.

Pela Direcção da APAE,  
o Presidente, João Martins do Vale, Eng. Civil

---

APAE - Associação Portuguesa dos Peritos Avaliadores de Engenharia  
Rua António Patrício, n.º 26 - r/c  
1700-049 Lisboa  
email: geral@apae.pt  
tel. (+351) 21 792 86 20

## Peritos Avaliadores Judiciais - Plano de Formação DGAJ

Caro(a) colega,

A Direcção Geral da Administração da Justiça solicita contributos para o Plano de Formação trienal destinado a Peritos Avaliadores, a que alude o nº 2 do artigo 13º do Decreto-Lei nº 125/2007, de 19 de janeiro. De acordo com a lei, esta formação será de frequência obrigatória.

A APAE comprometeu-se perante a DGAJ a recolher e tratar as opiniões individuais sobre as necessidades de formação com vista ao estabelecimento de um programa adequado à actualização de conhecimentos dos Peritos Avaliadores Judiciais.

Os resultados serão entregues à DGAJ e ficarão disponíveis em [www.apae.pt](http://www.apae.pt) a partir de 20 de Janeiro.

O questionário tem 10 questões e demora cerca de 4 minutos a responder.

### **1. Indique o Distrito Judicial a que pertence:**

- ☐ Coimbra
- ☐ Évora
- ☐ Lisboa
- ☐ -Açores
- ☐ -Madeira
- ☐ Porto

Responda às questões abaixo de acordo com o interesse que tem em cada tema/área.



# Peritos Avaliadores Judiciais - Plano de Formação DGAJ

## 2. Desempenho do Perito Judicial

	Pouco interesse	Interesse	Muito interesse
Ética do perito avaliador judicial	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Deontologia do perito avaliador judicial	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Direitos e deveres dos peritos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Obstáculos ao desempenho de funções periciais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Obstáculos a funcionários públicos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Obstáculos a reformados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Prazos processuais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Honorários e despesas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Rotação das nomeações	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Substituição de peritos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Exclusão das listas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mobilidade entre listas distritais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Nomeação de suplentes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Outro (especifique)

## 3. Legislação

	Pouco interesse	Interesse	Muito interesse
Código das Expropriações (reciclagem)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Código do Processo Civil	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Código do Procedimento Administrativo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Código Civil	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Regime Jurídico da Edificação e Urbanização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Lei dos Solos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outro (especifique)	<input type="text"/>		

## 4. Ordenamento do Território

	Pouco interesse	Interesse	Muito interesse
Instrumentos de Gestão Territorial	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Relação entre os vários IGT	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Precedência entre IGT	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Reciclagem geral	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outro (especifique)	<input type="text"/>		

## 5. Métodos de Avaliação

	Pouco interesse	Interesse	Muito interesse
Método comparativo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Método do rendimento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Método do custo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Direitos reais parciais (usufruto, servidões, direito de superfície, etc)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Avaliação de propriedades rústicas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Avaliação de recursos minerais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Avaliação de empreendimentos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Avaliação de terrenos urbanos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Avaliação de espaços verdes urbanos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Avaliação de plantas ornamentais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Avaliação de recursos hídricos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Avaliação fiscal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Recolha e tratamento de informação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Outro (especifique)

## 6. Estrutura dos Custos de Construção

	Pouco interesse	Interesse	Muito interesse
Custos directos de construção	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Custos de infraestruturação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Custos de reforço de infraestruturas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Custos com taxas e licenças	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Análise do risco da actividade construtiva	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Outro (especifique)

## 7. Cálculo da Indemnização

	Pouco interesse	Interesse	Muito interesse
Cálculo do valor dos edifícios e construções	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Cálculo do valor dos logradouros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Cálculo do valor do solo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Indemnização do arrendamento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Indemnização por ocupação de prédios vizinhos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Indemnização por constituição de servidões prediais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Outro (especifique)

## 8. Relação com Terceiros

	Pouco interesse	Interesse	Muito interesse
Comunicação com os Tribunais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Comunicação com as entidades expropriantes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Comunicação com os expropriados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Comunicação com mandatários	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Notificações e correspondência	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Relatórios e laudos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Técnicas de condução de reuniões	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Técnicas de arbitragem	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Gestão de conflitos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Outro (especifique)

## 9. Questões Processuais

	Pouco interesse	Interesse	Muito interesse
Funcionamento da avaliação inicial	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Funcionamento da vistoria APRM	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Funcionamento da arbitragem	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Funcionamento do recurso da arbitragem	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aplicação do Código do Processo Civil	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Arguição de irregularidades	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Reclamações e esclarecimentos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Outro (especifique)

### 10. Pedimos ainda a sua opinião sobre as seguintes questões gerais:

	Sim	Não
A formação só deve ser ter lugar depois de estar aprovado um Novo Código das Expropriações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A formação pode ter lugar independentemente de vir a ser aprovado um Novo Código das Expropriações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A formação deve ser programada para o fim de semana	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A formação deve ser programada para o horário pós-laboral	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A formação deve ser aberta a peritos de fora da lista	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A formação deve ser feita à distância	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A formação ministrada deve ter um exame final	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A formação permanente é necessária	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Acrescente qualquer comentário ou observação

Carregue em 'concluído' para remeter o seu questionário e acompanhe este assunto no nosso site.

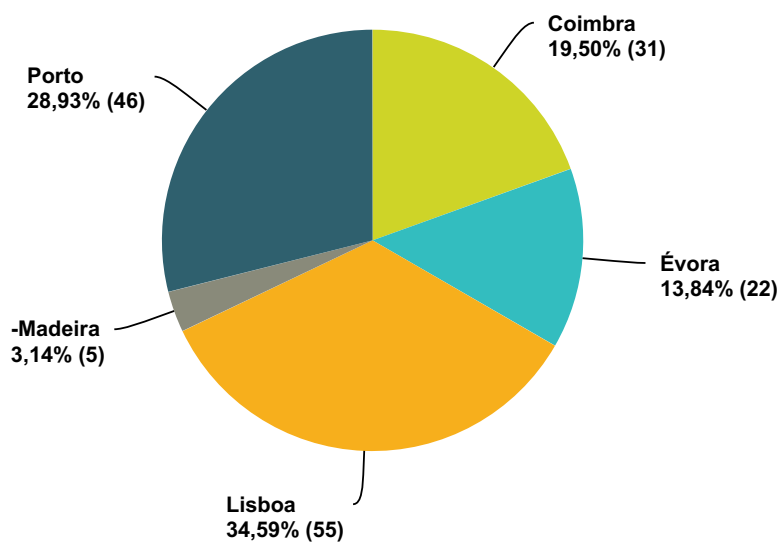
Os resultados serão entregues à DGAJ e ficarão disponíveis em [www.apae.pt](http://www.apae.pt) a partir de 20 de Janeiro.

Obrigado,

Cumprimentos da Direcção

### Q1 Indique o Distrito Judicial a que pertence:

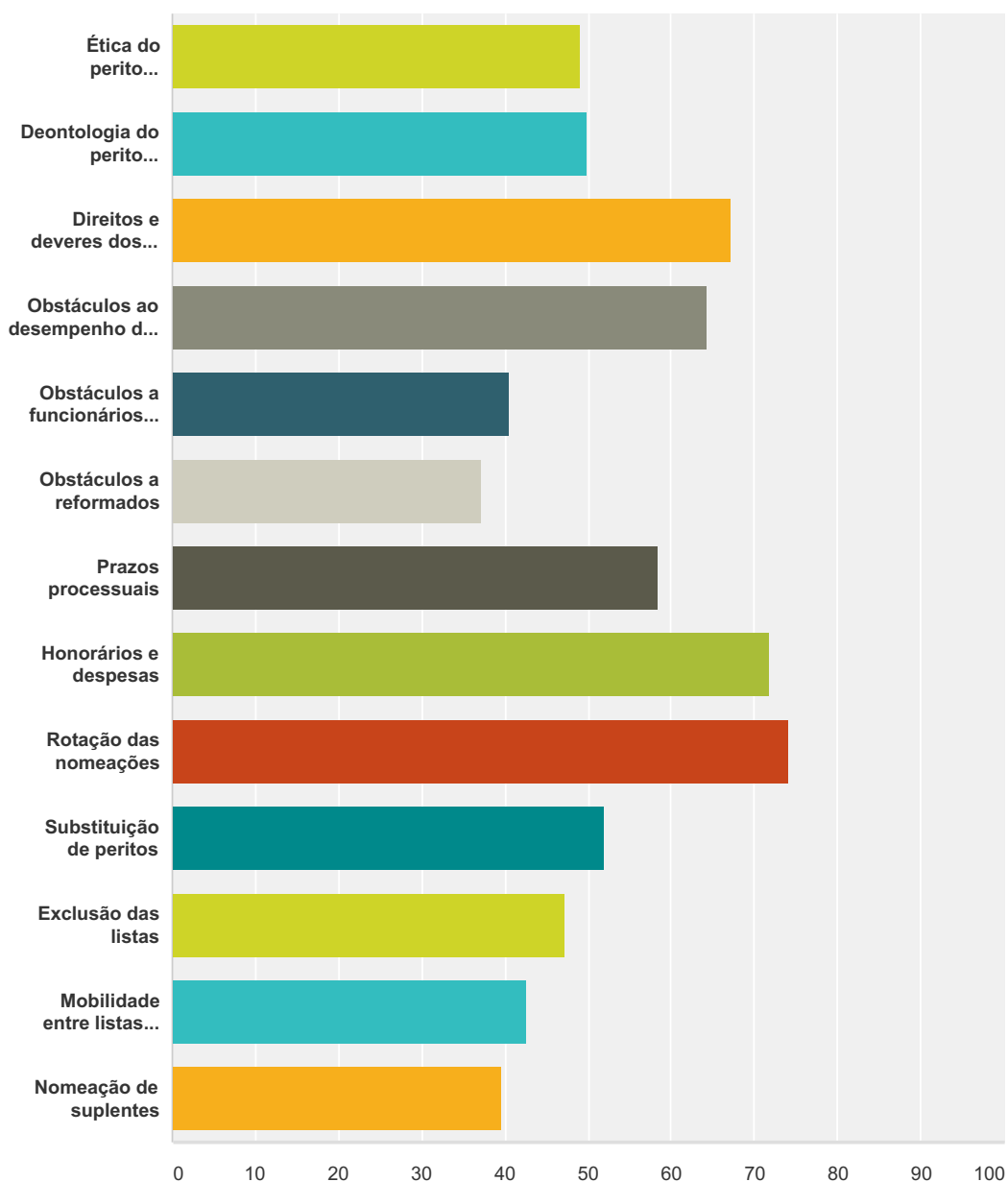
Respondidas: 159 Ignoradas: 1



Opções de resposta	Respostas	
Coimbra	19,50%	31
Évora	13,84%	22
Lisboa	34,59%	55
-Madeira	3,14%	5
Porto	28,93%	46
<b>Total</b>		<b>159</b>

## Q2 Desempenho do Perito Judicial

Respondidas: 159 Ignoradas: 1



	Pouco interesse	Interesse	Muito interesse	Total	Média ponderada
Ética do perito avaliador judicial	26,11% 41	49,68% 78	24,20% 38	157	49,04
Deontologia do perito avaliador judicial	26,11% 41	47,77% 75	26,11% 41	157	50,00
Direitos e deveres dos peritos	10,83% 17	43,95% 69	45,22% 71	157	67,20
Obstáculos ao desempenho de funções periciais	13,38% 21	44,59% 70	42,04% 66	157	64,33
Obstáculos a funcionários públicos	37,91% 58	43,14% 66	18,95% 29	153	40,52
Obstáculos a reformados	47,06% 72	31,37% 48	21,57% 33	153	37,25



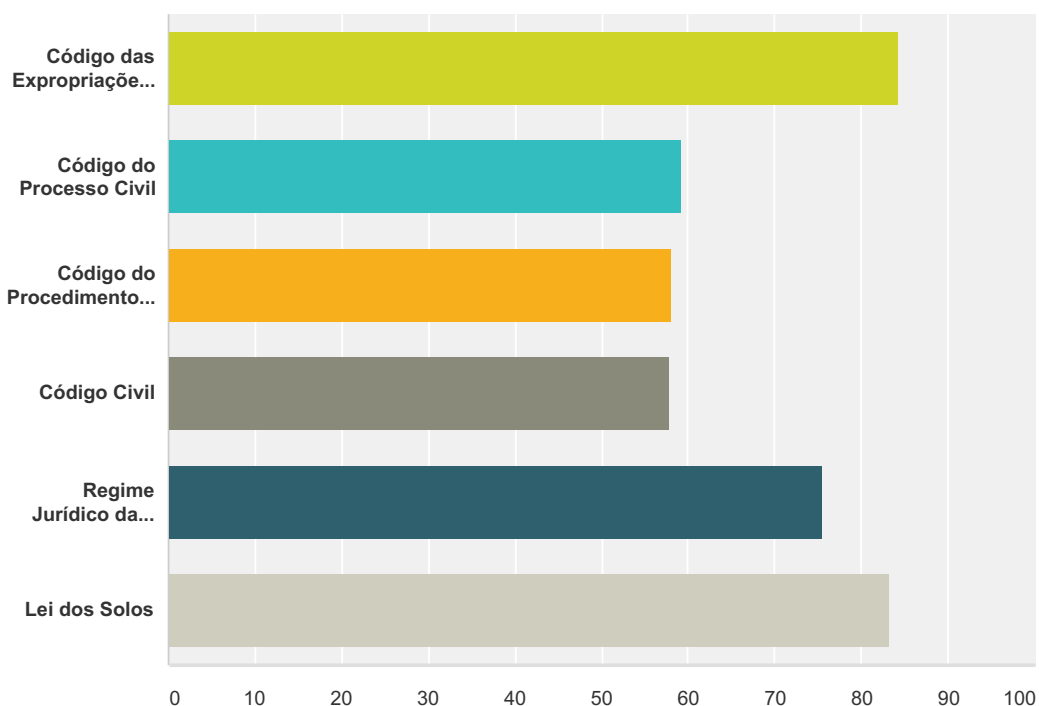
## Peritos Avaliadores Judiciais - Plano de Formação DGAJ

Prazos processuais	<b>14,84%</b> 23	<b>53,55%</b> 83	<b>31,61%</b> 49	155	58,39
Honorários e despesas	<b>8,33%</b> 13	<b>39,74%</b> 62	<b>51,92%</b> 81	156	71,79
Rotação das nomeações	<b>7,59%</b> 12	<b>36,71%</b> 58	<b>55,70%</b> 88	158	74,05
Substituição de peritos	<b>22,44%</b> 35	<b>51,28%</b> 80	<b>26,28%</b> 41	156	51,92
Exclusão das listas	<b>28,21%</b> 44	<b>49,36%</b> 77	<b>22,44%</b> 35	156	47,12
Mobilidade entre listas distritais	<b>34,39%</b> 54	<b>45,86%</b> 72	<b>19,75%</b> 31	157	42,68
Nomeação de suplentes	<b>40,00%</b> 62	<b>40,65%</b> 63	<b>19,35%</b> 30	155	39,68

#	Outro (especifique)	Data
1	Atrasos nos pagamentos das peritagens	18/01/2015 10:04
2	Maior utilização dos Peritos em outros processos Judiciais.	17/01/2015 12:26
3	Direitos e deveres dos magistrados,procuradores e advogados.	17/01/2015 10:35
4	Conhecimento interno da situação das nomeações dos árbitros	17/01/2015 09:00
5	Rapidez no pagamento dos honorários	17/01/2015 04:20
6	Nomeação dos colégios...	15/01/2015 03:53
7	Prazos de pagamento	14/01/2015 14:48
8	Intervenção em outros processos (cíveis, administrativos), reclamações sobre decisões judiciais	14/01/2015 14:46
9	PERICIAS COLEGIAIS, RELATÓRIOS SEM UNANIMIDADE	14/01/2015 02:11

## Q3 Legislação

Respondidas: 157 Ignoradas: 3

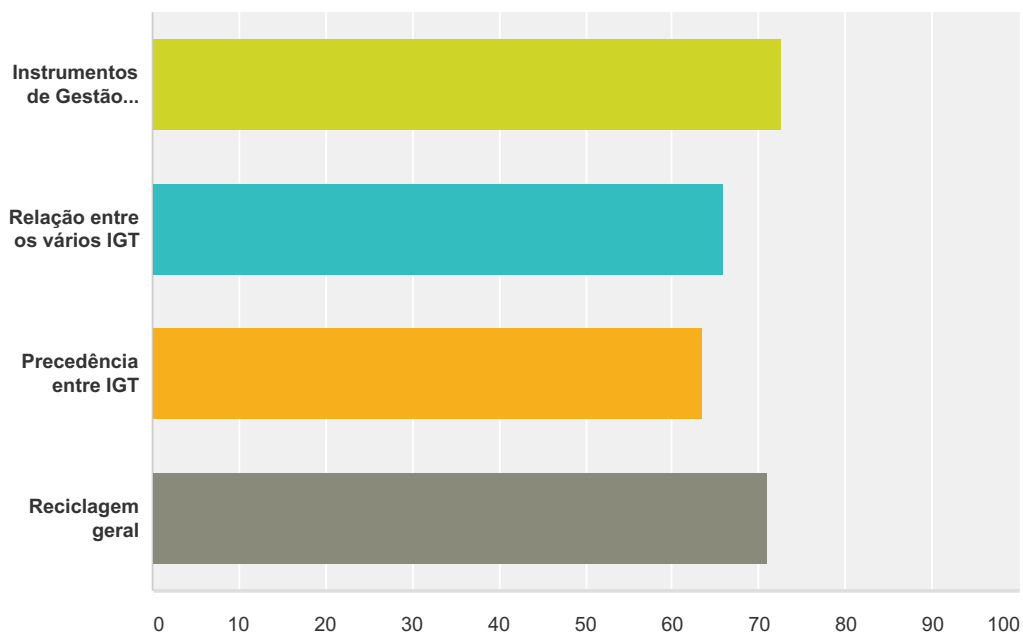


	Pouco interesse	Interesse	Muito interesse	Total	Média ponderada
Código das Expropriações (reciclagem)	5,10% 8	21,02% 33	73,89% 116	157	84,39
Código do Processo Civil	10,19% 16	61,15% 96	28,66% 45	157	59,24
Código do Procedimento Administrativo	11,69% 18	60,39% 93	27,92% 43	154	58,12
Código Civil	14,19% 22	56,13% 87	29,68% 46	155	57,74
Regime Jurídico da Edificação e Urbanização	3,82% 6	41,40% 65	54,78% 86	157	75,48
Lei dos Solos	1,28% 2	30,77% 48	67,95% 106	156	83,33

#	Outro (especifique)	Data
1	Novo código das Expropriações	19/01/2015 01:08
2	Estatuto Judiciário.	17/01/2015 10:35
3	Alterações do novo código das expropriações	17/01/2015 09:00
4	Consulta regular às decisões dos Tribunais, designadamente aos acórdãos do Teu. da Relação, Supremo e Constitucional.	17/01/2015 02:48
5	Servidões Administrativas	15/01/2015 14:58
6	Código de custas judiciais...	15/01/2015 03:53
7	Novo código da expropriações	14/01/2015 14:46
8	Aplicação da Periquação	14/01/2015 10:57
9	CIMI	14/01/2015 02:11

## Q4 Ordenamento do Território

Respondidas: 157 Ignoradas: 3

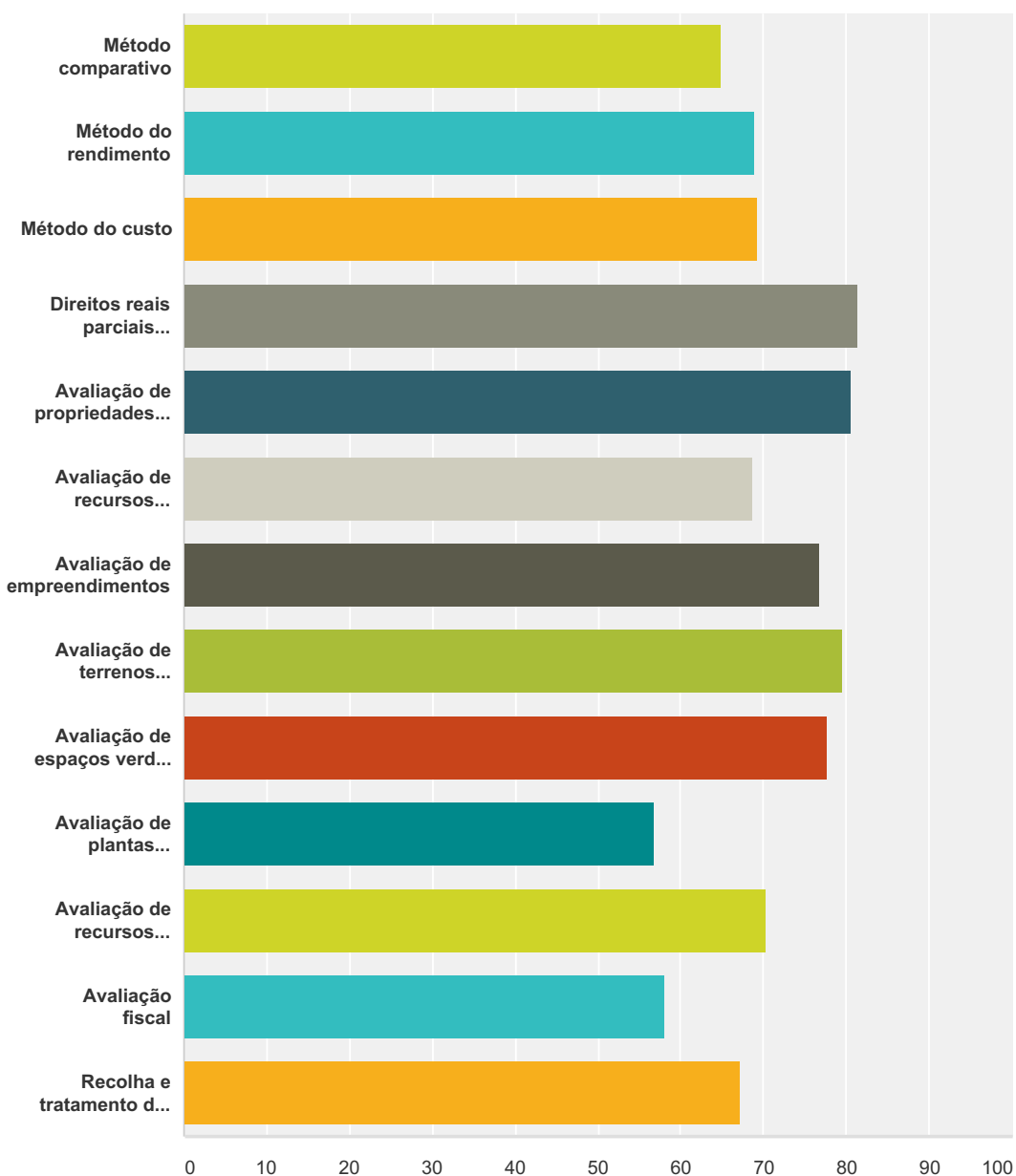


	Pouco interesse	Interesse	Muito interesse	Total	Média ponderada
Instrumentos de Gestão Territorial	7,74% 12	39,35% 61	52,90% 82	155	72,58
Relação entre os vários IGT	8,44% 13	51,30% 79	40,26% 62	154	65,91
Precedência entre IGT	12,50% 19	48,03% 73	39,47% 60	152	63,49
Reciclagem geral	4,52% 7	49,03% 76	46,45% 72	155	70,97

#	Outro (especifique)	Data
1	Planos setoriais (Orla Marítima, Albufeiras, etc.)	14/01/2015 14:46

## Q5 Métodos de Avaliação

Respondidas: 159 Ignoradas: 1



	Pouco interesse	Interesse	Muito interesse	Total	Média ponderada
Método comparativo	13,38% 21	43,31% 68	43,31% 68	157	64,97
Método do rendimento	10,90% 17	40,38% 63	48,72% 76	156	68,91
Método do custo	10,13% 16	41,14% 65	48,73% 77	158	69,30
Direitos reais parciais (usufruto, servidões, direito de superfície, etc)	3,16% 5	31,01% 49	65,82% 104	158	81,33
Avaliação de propriedades rústicas	2,55% 4	33,76% 53	63,69% 100	157	80,57
Avaliação de recursos minerais	10,76% 17	41,14% 65	48,10% 76	158	68,67

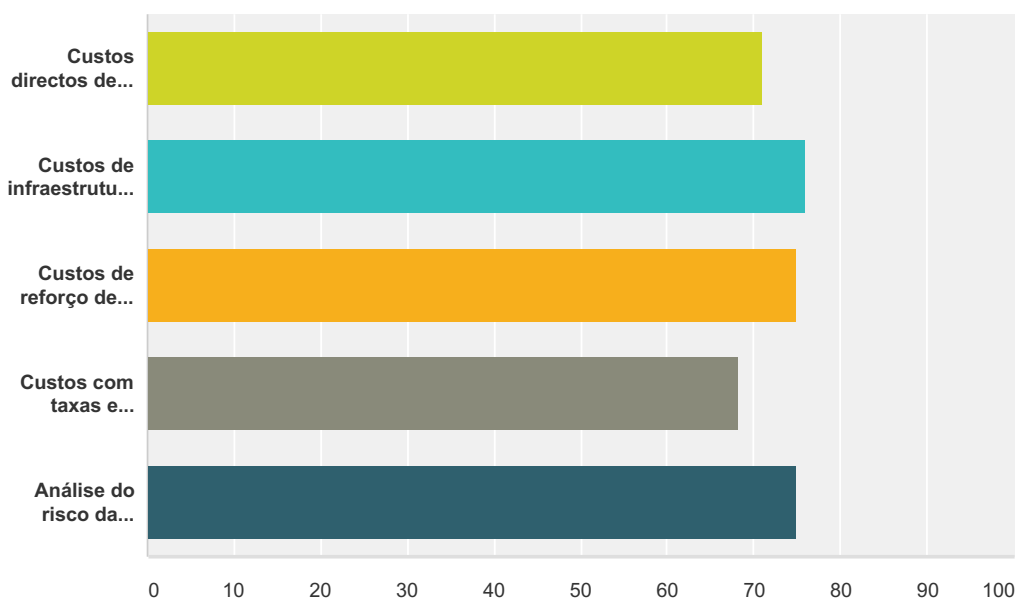
## Peritos Avaliadores Judiciais - Plano de Formação DGAJ

Avaliação de empreendimentos	<b>7,01%</b> 11	<b>32,48%</b> 51	<b>60,51%</b> 95	157	76,75
Avaliação de terrenos urbanos	<b>5,77%</b> 9	<b>29,49%</b> 46	<b>64,74%</b> 101	156	79,49
Avaliação de espaços verdes urbanos	<b>3,14%</b> 5	<b>38,36%</b> 61	<b>58,49%</b> 93	159	77,67
Avaliação de plantas ornamentais	<b>19,75%</b> 31	<b>47,13%</b> 74	<b>33,12%</b> 52	157	56,69
Avaliação de recursos hídricos	<b>8,18%</b> 13	<b>42,77%</b> 68	<b>49,06%</b> 78	159	70,44
Avaliação fiscal	<b>17,83%</b> 28	<b>48,41%</b> 76	<b>33,76%</b> 53	157	57,96
Recolha e tratamento de informação	<b>8,44%</b> 13	<b>48,70%</b> 75	<b>42,86%</b> 66	154	67,21

#	Outro (especifique)	Data
1	Avaliação de benfeitorias e frutos pendentes	19/01/2015 10:51
2	Avaliação de rendimento rural	19/01/2015 03:38
3	Método avaliação terrenos periurbanos	19/01/2015 03:31
4	Método Beta, método da Regressão e método de Monte Carlo	18/01/2015 14:46
5	na avaliação das propriedade rusticas dvem ser desenvolvidos os vario tipos de atividade agricola-incluindo atividade pecuaria	18/01/2015 13:51
6	Avaliação dos riscos...	15/01/2015 03:53
7	Avaliação de equipamentos, acesso a base de dados	14/01/2015 14:46
8	Avaliação por aplicação do código das expropriações	14/01/2015 04:56
9	AVALIAÇÃO DE BENS ESPECIAIS,OUTROS MÉTODOS DE CÁLCULO	14/01/2015 02:11
10	Avaliação de equipamentos e máquinas	14/01/2015 01:59

## Q6 Estrutura dos Custos de Construção

Respondidas: 158 Ignoradas: 2

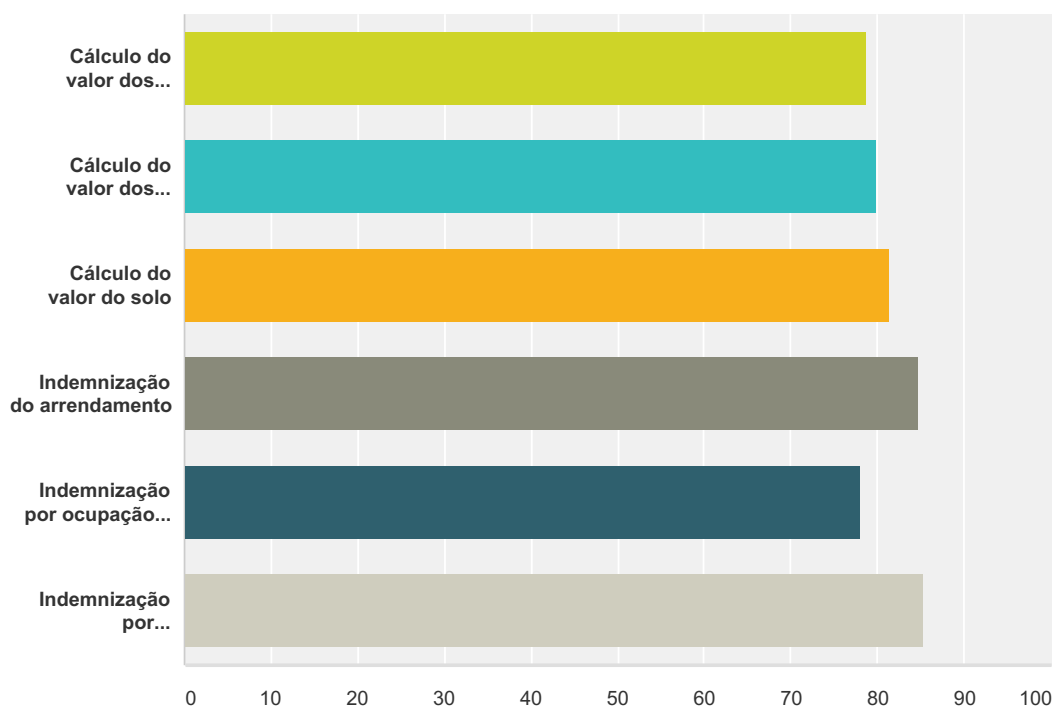


	Pouco interesse	Interesse	Muito interesse	Total	Média ponderada
Custos directos de construção	8,86% 14	40,51% 64	50,63% 80	158	70,89
Custos de infraestruturacão	3,80% 6	40,51% 64	55,70% 88	158	75,95
Custos de reforço de infraestruturas	5,70% 9	38,61% 61	55,70% 88	158	75,00
Custos com taxas e licenças	8,33% 13	46,79% 73	44,87% 70	156	68,27
Análise do risco da actividade construtiva	3,85% 6	42,31% 66	53,85% 84	156	75,00

#	Outro (especifique)	Data
1	Custos fiscais, contratuais, de mediação, etc afectados à construção em sentido lato.	17/01/2015 10:35
2	OUTROS CUSTOS DIRETOS E INDIRETOS	14/01/2015 02:11

## Q7 Cálculo da Indemnização

Respondidas: 159 Ignoradas: 1

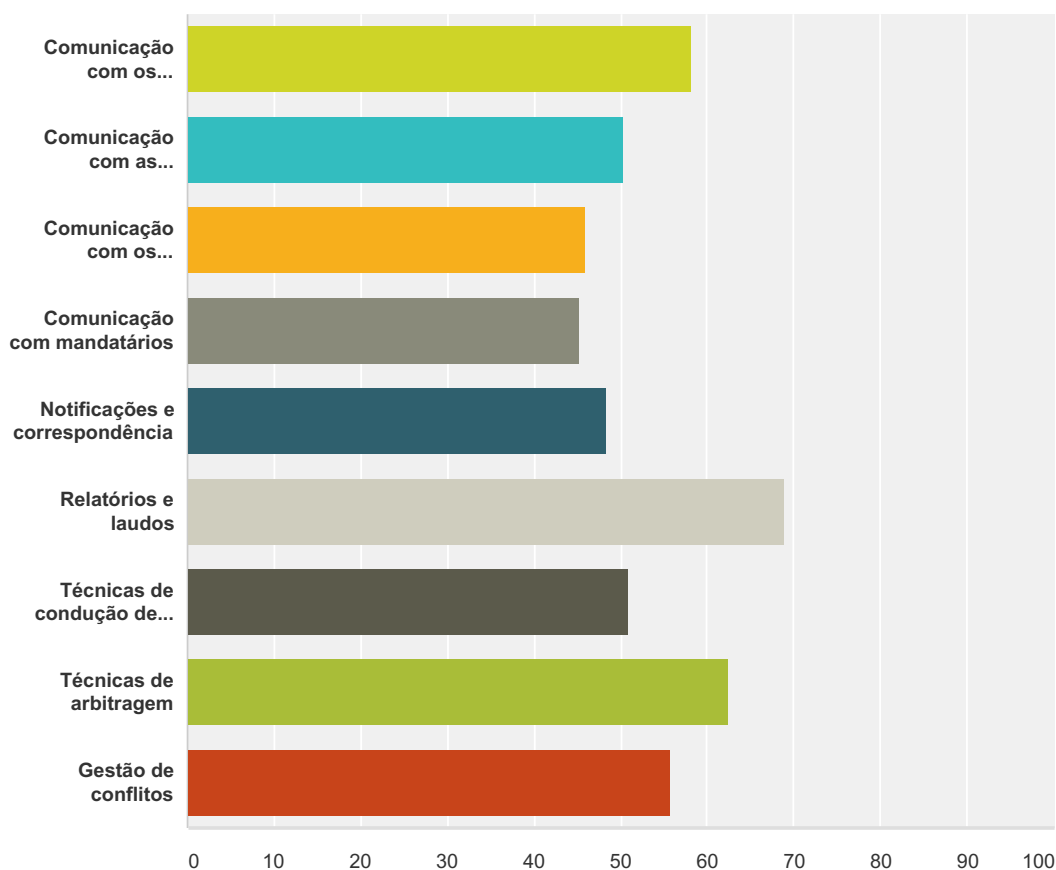


	Pouco interesse	Interesse	Muito interesse	Total	Média ponderada
Cálculo do valor dos edifícios e construções	5,70% 9	31,01% 49	63,29% 100	158	78,80
Cálculo do valor dos logradouros	3,77% 6	32,70% 52	63,52% 101	159	79,87
Cálculo do valor do solo	3,16% 5	31,01% 49	65,82% 104	158	81,33
Indemnização do arrendamento	0,00% 0	30,38% 48	69,62% 110	158	84,81
Indemnização por ocupação de prédios vizinhos	3,80% 6	36,08% 57	60,13% 95	158	78,16
Indemnização por constituição de servidões prediais	1,27% 2	26,58% 42	72,15% 114	158	85,44

#	Outro (especifique)	Data
1	Abordagem ao novo Código de Expropriações	17/01/2015 02:47
2	Resolução de contrato de arrendamento; prejuízo resultante de período de paralização de actividade.	15/01/2015 06:24
3	Desvalorizações	14/01/2015 14:46

## Q8 Relação com Terceiros

Respondidas: 159 Ignoradas: 1



	Pouco interesse	Interesse	Muito interesse	Total	Média ponderada
Comunicação com os Tribunais	13,38% 21	56,69% 89	29,94% 47	157	58,28
Comunicação com as entidades expropriantes	19,62% 31	60,13% 95	20,25% 32	158	50,32
Comunicação com os expropriados	25,95% 41	56,33% 89	17,72% 28	158	45,89
Comunicação com mandatários	26,58% 42	56,33% 89	17,09% 27	158	45,25
Notificações e correspondência	24,05% 38	55,06% 87	20,89% 33	158	48,42
Relatórios e laudos	11,95% 19	38,36% 61	49,69% 79	159	68,87
Técnicas de condução de reuniões	24,68% 39	48,73% 77	26,58% 42	158	50,95
Técnicas de arbitragem	15,82% 25	43,67% 69	40,51% 64	158	62,34
Gestão de conflitos	22,58% 35	43,23% 67	34,19% 53	155	55,81

#	Outro (especifique)	Data
1	Comunicação com os mandatários dos Expropriantes e Expropriado e com os Juízes e procuradores afectos ao Processo.	17/01/2015 10:35

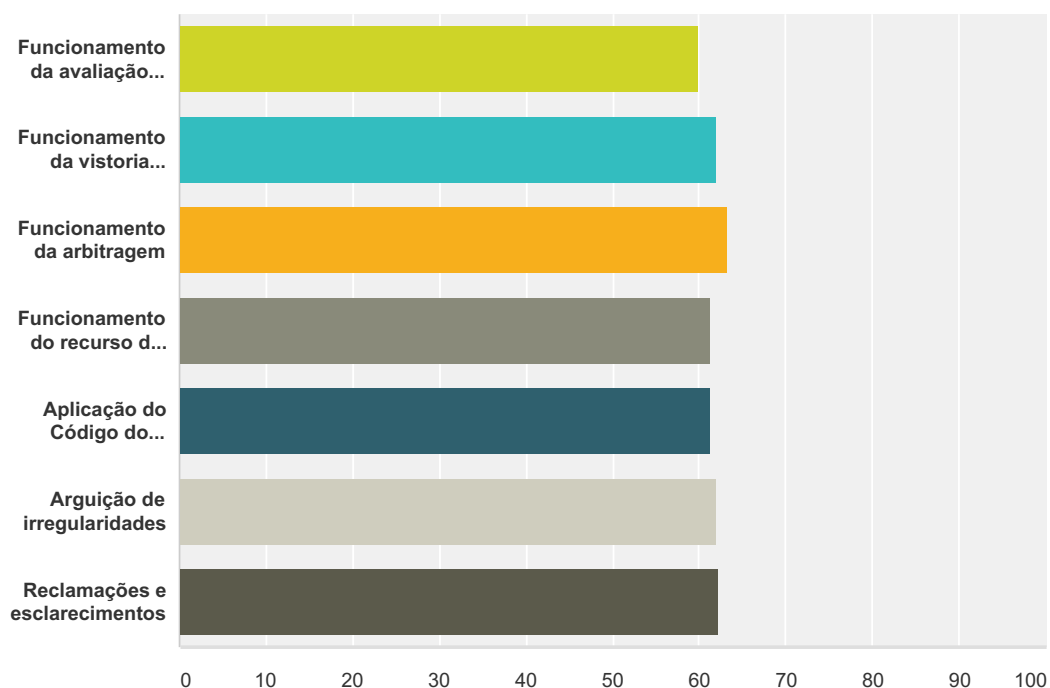


## Peritos Avaliadores Judiciais - Plano de Formação DGAJ

2	Acesso aos tribunais, cartão de ident	14/01/2015 14:46
3	A gestão de conflitos é que vale mesmo a pena!	14/01/2015 10:00
4	COM AA e RR	14/01/2015 02:11

## Q9 Questões Processuais

Respondidas: 158 Ignoradas: 2

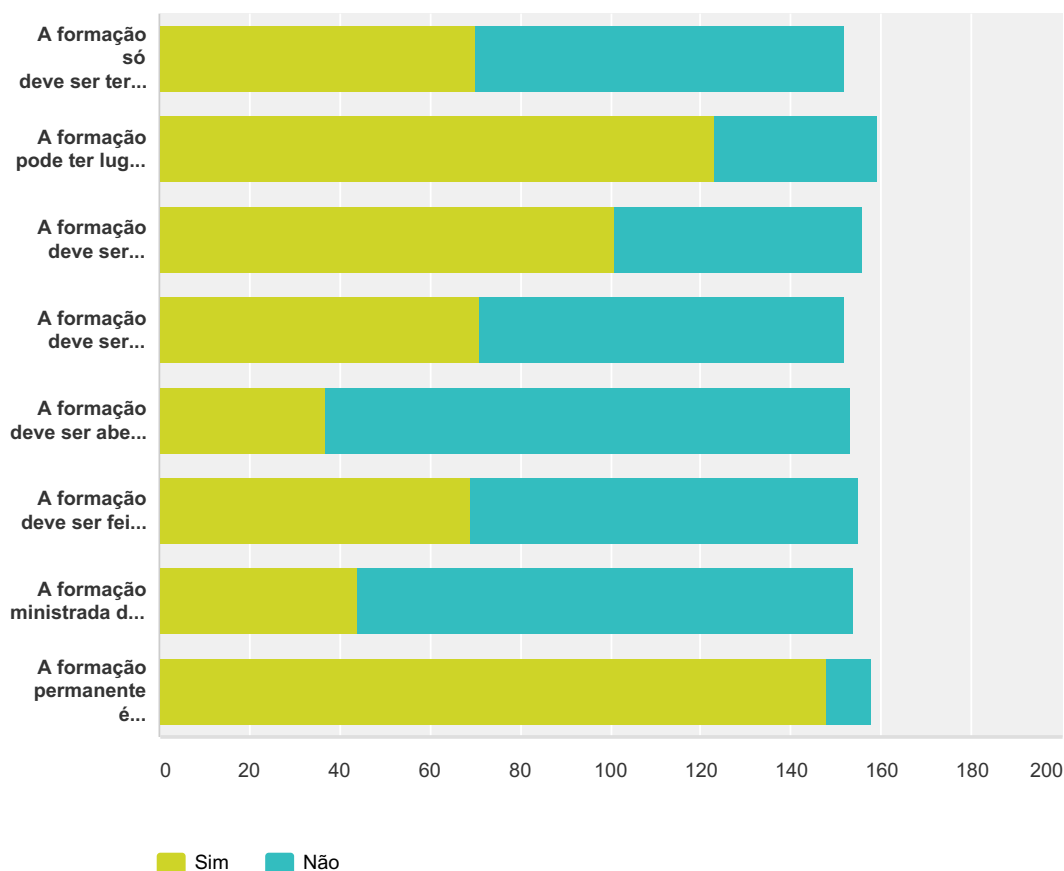


	Pouco interesse	Interesse	Muito interesse	Total	Média ponderada
Funcionamento da avaliação inicial	15,29% 24	49,68% 78	35,03% 55	157	59,87
Funcionamento da vistoria APRM	16,46% 26	43,04% 68	40,51% 64	158	62,03
Funcionamento da arbitragem	15,82% 25	41,77% 66	42,41% 67	158	63,29
Funcionamento do recurso da arbitragem	15,92% 25	45,22% 71	38,85% 61	157	61,46
Aplicação do Código do Processo Civil	9,55% 15	57,96% 91	32,48% 51	157	61,46
Arguição de irregularidades	10,32% 16	55,48% 86	34,19% 53	155	61,94
Reclamações e esclarecimentos	10,32% 16	54,84% 85	34,84% 54	155	62,26

#	Outro (especifique)	Data
1	Conhecimento aos peritos das sentenças dos processos em que entraram	14/01/2015 06:47
2	pedido de elementos, prazos,	14/01/2015 02:11

## Q10 Pedimos ainda a sua opinião sobre as seguintes questões gerais:

Respondidas: 159 Ignoradas: 1



	Sim	Não	Total de questionados
A formação só deve ser ter lugar depois de estar aprovado um Novo Código das Expropriações	46,05% 70	53,95% 82	152
A formação pode ter lugar independentemente de vir a ser aprovado um Novo Código das Expropriações	77,85% 123	22,78% 36	158
A formação deve ser programada para o fim de semana	66,01% 101	35,95% 55	153
A formação deve ser programada para o horário pós-laboral	47,33% 71	54,00% 81	150
A formação deve ser aberta a peritos de fora da lista	24,18% 37	75,82% 116	153
A formação deve ser feita à distância	44,81% 69	55,84% 86	154
A formação ministrada deve ter um exame final	28,57% 44	71,43% 110	154
A formação permanente é necessária	93,67% 148	6,33% 10	158

#	Acrescente qualquer comentário ou observação	Data
1	A resposta às questões em branco dependem do local e horário da eventual formação.	19/01/2015 15:38

## Peritos Avaliadores Judiciais - Plano de Formação DGAJ

2	Este trabalho tem responsabilidade suficienye para ser elaborado aos fis de tarde ou fins de semanana, para satisfazer os peritos que se encontram em funcoes do Estado ou emprezas do mesmo.Entende-se que deve sim ser feito por Peritos com liberdade necessária para as convocatórias dos meritissimos juizes. NOTA DO RECEPTOR: ALTEROU-SE O DISTRITO (A RESPOSTA DADA FOI MADEIRA)	19/01/2015 05:04
3	Nota do receptor: alterou-se o Distrito Judicial (a resposta dada foi Açores)	19/01/2015 05:03
4	PA	19/01/2015 03:48
5	A formação é obrigatória por lei, independentemente da aprovação ou não do novo Código das Expropriações.	18/01/2015 12:45
6	Bom trabalho	17/01/2015 14:17
7	Avaliar a possibilif«dade de a Formação dos peritos do Distrito Regional de Coimbra ser feita nesta Cidade.	17/01/2015 04:20
8	Tratando-se de formação complementar, exigida especificamente em Dec Lei, considero que a mesma deve ser apenas de frequência obrigatória e exclusivamente para os peritos da lista oficial.	17/01/2015 03:23
9	A questão da formação ter lugar antes ou depois de aprovado um Novo Código de Expropriações dependerá obviamente da data de aprovação do mesmo. A formação não deverá ser dada unicamente em Lisboa mas desdobrada no mínimo para a zona norte e centro (Porto) e restante em Lisboa, minimizando os custos e tempo despendido.	17/01/2015 02:47
10	Os cursos de formaçõ devem ter conteudos mais especificos, ser de curta duração, e ser vários para se optar. Devem ser diferentes datas e locais	14/01/2015 14:46
11	Entendo por fim de semana apenas SEXTA-FEIRA E SÁBADO. Os peritos de fora da lista deverão ter o estatuto de OBSERVADOR, sem direito de intervenção.	14/01/2015 10:10
12	Resposta a últimas ñ é a 100%: admito FdS e hor pós-lab em dias semana; exame...ou ñ!	14/01/2015 05:13
13	A formação pode ser alargada a peritos fora da lista mas deve ser dada prioridade aos peritos da lista. Uma vez que as oportunidades de formação (harmonização dos conceitos) são muitas, deve aproveitar-se para fornecer aos peritos da lista um plano de formação intenso, continuo e aprofundado.	14/01/2015 04:05
14	A formação permanente é necessária para Peritos mais novos que de um modo geral têm pouca experiência	14/01/2015 03:50
15	A formação deverá ser complementada com a formação à distância. O exame final da formação poderá ser uma valiação geral.	14/01/2015 03:32
16	Tratando-se de uma atualização de conhecimentos, de frequência obrigatória, não faz qualquer sentido um exame final	14/01/2015 02:29
17	Tal como relativamente ao aguardado novo Código das Expropriações, tambem se aguarda o novo RJIGT; a lei de solos e o CPA, de publicação recente completam um "quadro" que deve ser visto em conjunto; conviria por isso ter informação sobre a previsão da publicação do novo CE	14/01/2015 02:10
18	Considero importante uma discussão sobre o novo Código das Expropriações, antes da sua aprovação	14/01/2015 02:04
19	Excelente iniciativa da APAE com este questionário!	14/01/2015 01:24